

2018/11/30

Os incidentes no Estreito de Kerch. Bloqueio marítimo à Ucrânia?

Alexandre Reis Rodrigues

O incidente do passado dia 24 de novembro nas imediações do Estreito de Kerch¹ - que culminou na detenção de três navios da Marinha da Ucrânia mais 23 membros das suas guarnições² e fez seis feridos - apanhou de surpresa quase todo o mundo.

No entanto, foi apenas mais um passo da estratégia que a Rússia tem vindo a seguir, na sequência da anexação da Crimeia em 2014, para consolidação do controlo da região, condição que Moscovo encara como parte incontornável do objetivo de recuperar a sua antiga área de influência, incluindo a integração da Ucrânia na sua conceção da Eurásia.



O aspeto mais relevante da intervenção foi o ter sido concretizada através da substituição da anterior tática do uso de ações híbridas - que procuraram esconder a origem dos agressores ("little green men"), usando militares sem qualquer insígnia ou elemento de identificação - por uma agressão aberta. Ou seja, uma movimentação clara de projeção de força. Se foi ditada por questões de posicionamento internacional - reafirmação do poder militar russo e respetivas ambições - ou por necessidade de política interna - para tentar melhorar o declínio por que tem passado a popularidade de Putin (88% na altura da invasão da Crimeia, 66% depois dos planos de elevar a idade de reforma) - é, presentemente, matéria de discussão. Provavelmente, foram ambas as razões.

Petro Poroshenko, o atual presidente da Ucrânia, classifica o incidente como mais um patamar de uma escalada a caminho de um conflito militar, incluindo uma possível invasão russa do seu país, pela frente terrestre. Sob esse argumento, conseguiu que 276 deputados do Parlamento, entre o total de 450 (30 votos contra) aprovassem a instauração da lei marcial, que inclui um conjunto de medidas que param antes de chegar a uma mobilização geral,³ e que entraram em vigor em dez regiões administrativas, pelo prazo de um mês, a partir de 28 de novembro.

Seria de esperar um apoio parlamentar mais claro, perante a gravidade do ocorrido, mas a realização de eleições, previstas para 31 março de 2019, talvez explique - embora não justifique eticamente - o desfecho. Alguns setores receiam que Poroshenko aproveite as limitações impostas pela lei marcial para adiar as eleições ou condicionar um ambiente que, de momento, apenas lhe garante - segundo as

¹ Estreito que faz a ligação entre o Mar Negro e o Mar de Azov.

² Alguns, entretanto, libertados.

³ Apenas uma mobilização parcial, reforço do dispositivo de defesa antiaérea e medidas várias no campo co combate ao terrorismo, insurreição, etc.

projeções – cerca de 15% dos votos.⁴ Esta situação levou Jacob L. Shapiro a concluir que a principal questão da crise não é a agressão russa. É a fragilidade política e social da Ucrânia, elemento indispensável para a organização de uma reação eficaz.

Não é provável que Moscovo opte por uma ação militar aberta contra a Ucrânia. Pelo menos, enquanto considerar que tem formas de atingir o seu objetivo – retomar o controlo do seu ex-país satélite - por outra forma. Por duas razões. Primeiro, porque teria custos grandes no relacionamento internacional e, certamente, sanções mais penalizadoras. Segundo, porque, no atual ambiente de segurança, Moscovo sabe perfeitamente que a soberania da Ucrânia não depende apenas da defesa das suas fronteiras.

Na verdade, para “submeter” a Ucrânia – melhor dizendo, passar a incluí-la na sua esfera de influência, sem interferências do Ocidente -, a Rússia nem sequer precisa recorrer a uma invasão, como fez em 2014 para apoiar os “separatistas” das províncias a leste. Basta-lhe atuar, mesmo indiretamente, nas condições em que se processa a sua economia, linha de ação em que Putin parece ter passado a apostar primariamente. Impondo medidas lesivas da economia ucraniana, que levarão, muito possivelmente a instabilidade social.

Este caminho está a ser feito no domínio marítimo, através de uma espécie de “bloqueio disfarçado” que já tem alguns meses de existência, mas só agora, com o incidente do dia 24, ganhou notoriedade. É um tipo de conflito para que a Marinha ucraniana, depois da ocupação da Crimeia, deixou de estar minimamente preparada ou, para usar a expressão do “*National Interest*”, ficou “provocativamente fraca» senão mesmo «um alvo atrativo».⁵ Perdeu 70% em material, 75% em pessoal que desertou ou simplesmente abandonou o seu posto.⁶

Moscovo está a seguir duas vias. Primeira, pela construção da chamada ponte da Crimeia⁷ que, a partir de maio deste ano, passou a ligar a Rússia à península anexada, malgrado os protestos internacionais e sanções aplicadas pela União Europeia nomeadamente contra seis empresas que trabalharam neste projeto de 3,7 mil milhões de dólares. Criou uma limitação de



navegação no estreito de Kersh na medida em que não permite a passagem de navios com mais de 33 metros de altura. Mais de 140 navios mercantes que frequentavam a área estão agora impedidos de chegar ao porto ucraniano de Mariupol, no mar de Azov, que tem hoje uma perda de 30% das receitas que gerava antes da invasão da Crimeia. É mais uma contrariedade económica a juntar a outras, nomeadamente, a resultante da aposta ao separatismo na região de Donbas que garantia um quinto do PIB nacional, antes do início do conflito em 2014.

⁴ Os três presidentes da Ucrânia, depois da independência em 1991 – *Viktor Yushchenko*, *Leonid Kuchma* e *Leonid Kravchuk* -, pressionaram para que a lei marcial não venha abrir a porta ao cancelamento das eleições e para a manutenção dos direitos e liberdades individuais.

⁵ O desequilíbrio militar com a Rússia é geral, mas no campo das forças terrestres, graças à ajuda dos EUA e NATO, o Exército tornou-se no segundo maior da Europa, logo a seguir à Rússia.

⁶ A NATO está, presentemente, a ajudar os ucranianos a desenvolver uma estratégia que terá em conta as atuais dificuldades (“*Naval Strategy 2035*”), prevendo o reequipamento da Marinha e medidas de proteção da navegação comercial destinada a portos ucranianos (possível escolta).

⁷ A maior ponte da Europa e da Rússia (18 quilómetros). Concluir-se-á em 2019 a linha férrea que foi prevista, em paralelo, com a do transporta rodoviário.

Segunda, por frequentes interferências com navegação mercante destinada a portos ucranianos no mar de Azov, incluindo retenção temporária dos navios para inspeções e interrogatórios que, por vezes, se prolongam por três dias. (desde a inauguração da ponte – maio de 2018 - foram detidos cerca de 150 navios, originando importantes custos acrescidos pelo atraso do transporte).

Tecnicamente, talvez não se pode caracterizar estas ações como um bloqueio marítimo. É a opinião de alguns que baseiam a sua conclusão, entre outros aspetos, nos termos do "Acordo sobre o Mar de Azov e o Estreito de Kersh", assinado em 2003 entre Putin e Leonid Kuchma. Este Acordo considera as duas áreas como, historicamente, águas territoriais, simultaneamente russas e ucranianas, condição que Moscovo interpreta como lhe permitindo conduzir interceções de verificação ("*boardings*") na navegação na área, quando acharem necessário. Kiev tem acusado Moscovo de manipular a interpretação do Acordo e tentado a sua revisão, mas o lado russo, embora não o veja tão favorável como desejaria, não quer ver questionada a sua base, que lhe permite espaço para continuar a impor a sua "lei" e ir alargando o seu controlo.⁸

Chame-se-lhe o que se quiser, a postura de Moscovo na região não escapa à classificação de agressão militar e violação continuada da liberdade de navegação ucraniana. Confirma, mais uma vez, que Moscovo não desistirá de retomar a sua área de influência, um requisito para que olha, sobretudo, como questão central da sua segurança e marca do seu regresso ao estatuto de grande potência que não aceita interferências externas. Vai, portanto, continuar a basear-se nas sucessivas orientações estratégicas para o controlo da zona,⁹ ignorando a pressão política internacional a que está sujeito.

Esta situação requereria uma ação coordenada da Europa e dos EUA, mas, aparentemente, não estão reunidas as condições para uma medida eficaz. Por um lado, porque a própria Ucrânia, com as suas inúmeras vulnerabilidades – nomeadamente, o domínio de alguns oligarcas sobre a economia, política e opinião pública, com muita corrupção à mistura – não ajuda a criar a solidariedade que seria desejável para fazer de um possível envolvimento militar uma ação bem aceite pela opinião pública. Por outro lado, porque o Estreito de Kerch e o mar de Azov não são críticos para o Ocidente. Washington, para já, limitou-se a cancelar o encontro de Trump com Putin no G-20 que começa hoje na Argentina. As condenações da postura russa continuarão também e com elas a degradação da imagem de Putin e o seu isolamento internacional. Obviamente devem ser feitas, mas não vão chegar para inverter a situação.

⁸ Por altura da assinatura do Acordo, a Ucrânia tinha direitos de jurisdição sobre 62% do mar de Azov. Com a anexação da Crimeia a Rússia passou a ter o controlo de $\frac{3}{4}$ da totalidade do espaço.

⁹ Por exemplo, a "*Naval Strategy of Russia*" (2000), "*Russian Maritime Doctrine 2001*", "*Naval Strategy of Russia 2010*" (2012), "*The fundamentals of the State Policy of the Russian Federation in the Field of Naval Policy for the Pperiod up to 2030*".